



POLITEÍSMO

PAGANISMO

A SACRALIDADE DA NATUREZA COMO RELIGIÃO

O Politeísmo ou a crença nos Antigos Deuses e Deusas, conhecido também como Paganismo, termo este derivado do latim *pagus* (campo) é uma Religião Natural, que se baseia nos sentidos e na razão aplicada à observação da Natureza, da qual resultam práticas e costumes que têm como referência o Eterno Ciclo do Renascimento que nela se manifesta, e que A torna, aos nossos olhos como Sagrada, e cuja compreensão e vivência vai-nos revelando o Divino, que nela se manifesta.

Acreditamos que o Divino se manifesta na Natureza e de que só através d'Ela, nós poderemos vislumbrar a sua onnipotência. Razão na qual alicerçamos a nossa crença de uma Natureza Sacral e Divina, e assim, consequentemente, acreditamos que desrespeitá-La, é desrespeitar o Divino, do qual o mundo físico em que vivemos é a "face" mais tangível.

Sacralidade esta, que foi muito bem sintetizada por Mircea Eliade no seu livro *El Mito del Eterno Retorno*:

"Wensinck ha visto muy bien el carácter cósmico de los rituales del Nuevo Año aunque hagamos reservas respecto de su teoría del "origen" de esa concepción ritual-cosmogónica que él quiere descubrir en el espectáculo periódico de la desaparición y reaparición de la vegetación; de hecho, para los "primitivos", la Naturaleza es una hierofanía, y las "leyes de la naturaleza" son la revelación del modo de existencia de la divinidad."(1)

Acreditamos que a matéria e o espírito, o positivo e o negativo, a fêmea e o macho, o ser e o não ser, a noite e o dia, a vida e a morte, diferentes e opostos, são naturalmente as "duas faces" do mesmo Divino, manifestos no Deus-Pai e Deusa-Mãe. Os Pilares balizantes entre os quais a Vida, tal como a reconhecemos, baloiça e evolui, num equilíbrio tenso e instável, no seu eterno ciclo de morte e renascimento, fruto de um dualismo complementar (profícuo), que faz a Vida ir mais além.

A Conceção do Divino, que em si mesmo possui a Diferença, foi estudado e apresentado por Mircea Eliade no seu livro *Tratado de Historia das Religiões*, do qual retirei estes excertos, a título de exemplo:

"1º Manifestam, por um lado, a polaridade de duas personalidades divinas, provenientes de um único e mesmo princípio e destinadas, em diversas versões, a reconciliarem-se num illud tempus escatológico;

2º Manifestam, por um lado, a coincidentia oppositorum na estrutura da divindade, a qual se revela alternada ou concorrentemente benévola e terrível, criadora e destruidora, solar e ofidiana, isto é manifesta e virtual. Neste sentido, é justo dizer-se que o mito revela, mais profundamente do que revelaria a própria experiência racionalista, a estrutura da divindade, que se situa para além dos atributos e reúne todos os contrários. A prova de que tal experiência mítica não é aberrante está no facto de ela se integrar quase universalmente na experiência religiosa da humanidade, até mesmo numa tradição tão rigorosa como é a tradição judaico-cristã. Yahvé é bom e colérico no mesmo tempo. O deus dos místicos e dos teólogos cristãos é terrificante e doce e é desta coincidência oppositorum que partiram as mais ousadas especulações de um pseudo-Dinís, de um Mestre Eckhart, ou de um Nicolau de Cusa.

A coincidência oppositorum é uma das maneiras mais arcaicas de exprimir o paradoxo da realidade divina. Voltaremos a esta fórmula. A propósito das «formas» divinas, quer dizer da estrutura sui generis que revela qualquer «personalidade» divina não pode ser tida, em caso algum, por simples projeção da personalidade humana."(2)

Esta conceção intemporal de uma Natureza Sacral na qual o Divino espelha a sua Dualidade e Diversidade, numa manifestação cíclica de renovação e resultante de uma interação de complementaridade desses contrários, refletida nos Mitos, Crenças e Práticas rituais pagãs, encontra-se ainda bem viva na religiosidade popular, como nos deixa perceber o antropólogo Aurélio Lopes, no seu livro *Religião Popular no Ribatejo*, trecho que passo a transcrever:

“Para as Sociedades Primitivas recolectoras e caçadoras, a renovação vegetal cíclica assentando numa fertilidade plena e magnânima, era encarada como uma dádiva inestimável de generosidade da Mãe - Terra. A evolução e antropomorfização posterior dos sistemas religiosos, levou por seu turno à criação de diversas divindades cujo campo de acção se situava no âmbito lato da fertilidade vegetativa. Estas entidades quase sempre femininas, herdeiras dos atributos e funções da Grande Deusa, são assim divindades dos campos, dos rios e dos bosques, mas também da agricultura, atividade que entretanto tinha vindo a ocupar o lugar da recoleção e da caça e delas recebidas igualmente a sacralização dos seus caracteres.

É que agricultura embora sendo uma atividade de causalidade humana, está dependente em grande parte das boas ou más vontades divinas e em última instância da maior ou menor fertilidade da Mãe-Terra.

Deste modo, os calendários religiosos das Sociedades Antigas estavam repletos de práticas cerimoniais que invocavam a generosidade divina, e de rituais propiciatórios que tendiam a captar as energias fecundantes necessárias e a dirigi-las para os campos ou para os rebanhos! A isto se ligam as práticas de “Benzer os Campos” ou “Benzer o Gado”, as Primícias” ou ainda a colheita ritual da vegetação e flores que encontramos um pouco por todo o País, hoje em dia, como é óbvio, tornados muitas vezes parte de uma liturgia cristã.

Não é assim de admirar que a fertilidade pujante da Natureza, expressa nesta época no renascer das plantas, no desabrochar das árvores, e na proliferação de flores e frutos, desencadeasse grandes manifestações de alegria, em que os jovens enfeitados de hera e flores campestres, se dirigiam para os campos e para as searas, para aí em comunhão plena com a Natureza festejarem e, quem sabe, talvez adquirirem também eles as energias fecundantes que nessa altura fluíam em profusão.” (3)

Assim apresentado por estes trechos, e neles bem explanados e de forma simples, encontramos o significado do *religare* que possuímos com a Natureza, A que nos gera e envolve como uma Grande Mãe, e sem a qual não existiríamos.

Uma Natureza Sagrada e Divina plena de Potestades, Deusas, Deuses e Divindades, e homens que se tornaram Heróis, são manifestações do Divino, que inspiram e moldam a Natureza e a Vida, tal como a conhecemos.



A VELHA RELIGIÃO

Na velha Religião Politeísta, os ritos e práticas religiosas têm-se pautado sempre pelo religar das práticas religiosas de cada cultura ao eterno ciclo da vida e morte da Natureza de cada região, como nos revelam os diferentes calendários ritualísticos das antigas civilizações, desde a Egípcia e a Mesopotâmica, que por sua vez influenciaram os mitos Gregos, Celtas e Nórdicos, só para citar as mais conhecidas, nos quais os períodos festivos tinham como referência o ciclo de renascimento, plenitude e morte da Natureza, manifestos nos degelos, nas chuvas, monções ou cheias dos rios sagrados as quais davam início a um novo ciclo das festividades e cultos ligadas ao renascimento, maturação e morte (transformação) desse ciclo vegetativo.

Apesar das datas e dos nomes das festividades não serem coincidentes em todas as regiões, porque as estações e os ciclos de floração e colheitas ou de recolha diferem, a razão, ou seja a motivação subjacente aos Ritos, era a mesma; a de comemorar o ciclo do eterno renascimento na Roda do Ano.

Celebrações que se centravam, e que ainda hoje se centram, nos ciclos de fertilidade e de recolha, manifestos pela Natureza de cada região e pelos atributos de cada Divindade local, determinando assim estes pináculos de tempo, com as datas das celebrações religiosas. Este enfoque dos calendários nos Ciclos Naturais, apesar da diversidade das suas datas, é uma característica que define e une todos os calendários Politeístas, pois sendo a sua causalidade, encontra-se assim acima de qualquer data ou mito, como nos demonstra este pequeno trecho da autoria de Mircea Eliade:

“El principio del año variaba de uno a otro país y según las épocas, pues sin cesar intervenían reformas del calendario con el fin de que concordara el sentido ritual de las fiestas con las estaciones a las cuales debía corresponder. No obstante, ni la movilidad del principio del Nuevo Año (marzo abril, 19 de julio —como en el antiguo Egipto—, septiembre, octubre, diciembre-enero, etcétera), ni la diversidad de las duraciones atribuidas al año por los diferentes pueblos, conseguían reducir al mínimo la importancia que en todos los países tenían el fin de un período de tiempo y el principio de un nuevo período; fácil es comprender entonces que nos sea indiferente, por ejemplo, que la población africana de los yoruba divida el año en estación seca y estación de las lluvias, y que la “semana” tenga cinco días en vez de ocho para los ded calabar; o que los warumbi distribuyan los meses según las lunaciones y obtengan así un año de unos trece meses; o también que los ahanta repartan cada mes en dos períodos de diez días (o de nueve días y medio), etcétera. Para nosotros lo esencial es que en todas partes existe una concepción del fin y del comienzo de un período temporal, fundado en la observación de los ritmos biocósmicos, que se encuadran en un sistema más vasto, el de las purificaciones periódicas (cf. purgas, ayunos, confesión de los pecados, etcétera, al consumir la nueva cosecha) y de la regeneración periódica de la vida.” (4)

Esta característica atemporal, dos cultos alicerçados na Natureza e no Divino que Nela se manifesta, perduraram nas memórias dos povos até aos dias de hoje, ainda que muitas das vezes o resquício dessa ancestralidade pagã se apresente de forma “compulsiva” e manifesto em “tradições” e crenças populares, cujas origens se perdem na memória dos tempos.

RELIGIUM PAGANORUM

No século IV D.E.C., apesar do declínio do Império, Roma dominava o Sul da Europa e grande parte da Central, estendendo o seu domínio à Grã-Bretanha. Devido ao multiculturalismo existente a liberdade religiosa era permitida, desde que não colocasse em causa o poder do Imperador.

Assim a adoração a outros Deuses e Deusas que não pertenciam ao panteão romano era prática corrente quer em Roma quer em todas as regiões do Império.

Assim era a realidade religiosa nos finais do império Romano, quando o Politeísmo, a crença e culto a vários Deuses e Deusas e não a um único Deus, ficou conhecido como *Religium Paganorum*; uma vez que os seus adoradores passaram a reunir-se secretamente e a refugiarem-se nas suas casas de campo (*pagus*) onde podiam realizar os seus ritos ancestrais e onde os Antigos Deuses eram cultuados e os seus mitos secretamente contados, longe das cidades e dos olhares, como forma de sobreviver à perseguição que marcou a ascensão do Cristianismo, nas urbes.

O poder censório e persecutório ao Paganismo, nos primeiros tempos do cristianismo, começou por se fazer sentir de forma mais intensa nas cidades, o que tornava mais difícil e perigosas as reuniões, e aconteceu uma deslocação de muitas pessoas, algumas das elites cultas e abastadas com todo o seu séquito de servos e pessoal, para as suas *villas* longe das cidades, (onde os cristãos começavam a assumir o poder), longe da nova fé que ia impondo o seu Dogma assim como a sua intolerância religiosa.

Porém a ascensão do monoteísmo não aconteceu rapidamente, houve avanços e recuos, o que demonstra a tenaz resistência que os adoradores da Velha Religião ofereceram. E firmes nas suas crenças centradas na Natureza e seus ciclos, opunham-se, ao novo conceito trazido pela nova religião de um Deus único e da sua verdade única, centrada e manifesta na adoração de um homem nos seus ciclos de vida e morte.

A título de exemplo como sinal desses tempos, deixo a transcrição de uma epigrafe existente numa coluna romana, a Sul da Grã-Bretanha, a qual nos diz:

“Júpiter, o Melhor e o Maior, o seu perfeito Lúcio Septímio... Governador de Britannia Prima, restaurou (este monumento), sendo um cidadão de Rheims. Esta estátua e coluna erigidas segundo a antiga religião que Septímio restaura, governador de Britannia Prima (5)

Apesar da resistência dos adoradores, ao aliciamento e à conversão forçada mantiveram-se fiéis ao paganismo, a Antiga Religião foi declarada herege, nos finais do séc. IV, por decreto imperial, o qual veio a exigir, e a impor, o respeito da nova Fé de Niceia (cristã). Assim, desta data em diante, o termo Politeísmo será denominado por Religião Paganorum a Religião dos Pagãos ou dos Idólatras.

Também é suprimida a função imperial do responsável pelos cultos politeístas, o *Pontifex Maximus* (Pontífice Supremo), e o Paganismo fica de todo interdito, em todas as regiões do império romano, no ano 391 DEC:

“... Teodósio, o Grande, institui o Cristianismo como Religião do Estado e interdita os cultos pagãos “...(6)

Com a interdição imperial do Paganismo, a adoração dos antigos Deuses e Deusas ou Divindades pagãs, é totalmente proibida em todas as regiões do império, e os seus crentes são perseguidos e fogueiros, ou são convertidos á força, e os que resistem são mortos como hereges ou idólatras.

A título de exemplo, leia-se um paragrafo do livro de Jacopo Fo, Sergio Tomat e Laura Malucelli, e constatamos aonde o fanatismo religioso do Deus único chegou:

*“Em 415, em Alexandria, uma turba de fanáticos linchou a matemática, astrónoma e filósofa neoplatónica * Hipácia, destacada representante da cultura pagã” (7)*



Os Templos da Antiga Religião são então destruídos e os seus materiais aproveitados noutras construções, ou reconvertidos para os templos da nova religião. Seus livros são visionados e o seu conhecimento espoliado, sendo assim alguns alterados de forma a servirem o novo credo e muitos são considerados blasfemos, e por isso, na maioria queimados pela censura imposta pela nova doutrina.

Para a nova religião que se impunha pela força e dogmatismo a existência de Antigos Deuses/as, os seus nomes, a cultura e o pensamento gerado na crença Politeísta, foram considerados um “mal”, o qual precisava de ser erradicado da memória da humanidade, e substituída pela nova “verdade” trazida pelo novo e único Deus, como se todo o conhecimento e desenvolvimento alcançado pela humanidade, até à sua intervenção tardia na história e e recente na memória da Humanidade, fosse pecaminoso e diabólico, justificando assim a imposição do “Reino de Deus”, no mundo.

Esta atitude persecutória da igreja, tinha como objetivo final, a eliminação por completo da consciência politeísta (alma) do seio e da memória da humanidade, porque os princípios e as crenças sustentadas na Sacralidade da Natureza, em que esta assenta, são diferentes e contrárias ao dogma imposto pela doutrina cristã, Assim haveria que erradicar de forma eficaz e radical essas crenças e filosofias, como pode ser atestado pelo trecho que se segue.:

“ Com toda a certeza, a Inquisição queimou mais livros do que homens. Por dois motivos: queimar livros pode parecer, moralmente, menos cruel do que queimar pessoas e queimar livros significa eliminar o pensamento do mal, mais perigoso e capaz de se propagar do que o mal em acção.... Matar o livro significa matar a consciência. Inquirir o livro significa inquirir a consciência ” (8)

Nesta campanha para erradicar o politeísmo com a sua visão da Criação do mundo, e os seus cultos, e as suas Festividades centrados no eterno Ciclo do Renascer da Vida manifesto na Natureza das regiões, foram usurpados e revestidos com novas “roupagens”, e as suas hierofânias são substituídas por lendas, agora com nomes cristãos, e, lentamente os Antigos Deuses são “diabolizados” e convertidos em símbolos do mal e causadores da “perdição” humana.

Assim os seguidores das Antigas Divindades passam a ser apelidados de Hereges, Bruxas/os ou Feiticeiros/as, ou seguidores de Satanás/Diabo, numa campanha de difamação, sem tréguas, com um único intuito, o de caluniar quem pensa de forma diferente; Demonização amplamente documentada, e da qual, os trechos seguintes são um pequeno testemunho:

“Não importa o que é interessante em Clemente (Clemente de Alexandria-150 a 215 d.e.c.) é que ele é o primeiro Pai a lançar o anátema sobre os deuses das outras religiões. «Assim a profética», diz ele, fazendo alusão aos oráculos sibelinos, «é que todos os deuses das nações são demónios» (9)

“Agostinho (St.º Agostinho) transformava o deus Pã e as suas dríades e outras ninfas em incubos e súcubos... Agostinho identificava a Natureza com o Mal” (10)

“O édito de Liutprando, de 727 d.c. fala expressamente de bruxaria como de uma atitude que, perigosamente, conserva em si elementos pagãos, que sobreviveram à pregação do evangelho”(11)

“Em 1523, Bartolomeu Spina estabelece a ligação entre a presença no sabat com os cultos pagãos da Deusa Diana. Antes dele, por meados do século XIII, a ideia, já por nós apontada, de que o culto o culto das bruxas poderia remontar á veneração das figuras de bacanais (o próprio Baco, Diana e talvez Herodiade) já fora afirmado por Alfonso Tostado.”(12)

Para além da demonização dos antigos Deuses/as, o cristianismo sempre procurou desqualificar os seus seguidores, equiparando-os a proscritos sociais, como envenenadores ou assassinos, como poderemos constatar neste trecho extraído do livro de Julio Caro Baroja:

“ « Quem são aqueles que nada têm a ganhar com o cristianismo? As alcoviteiras e outros servidores da luxúria, os sicários assassinos, os envenenadores, os magos, os arúspices, os adivinhos (arioli) e os que se entregam à astrologia (mathematici) ». Assim falava Tertuliano, na sua famosa Apologia muito antes do triunfo do cristianismo. Aquilo que ele não dizia tão claramente é que a sua religião tentava eliminar as outras, assimilando pagãos ou gentios àqueles cujas artes e actos eram punidos pela própria religião pagã ” (13)

Assim temendo pela sua vida, os adoradores da Antiga Religião, rodeiam-se de um secretismo máximo, negam e escondem as suas crenças e praticas ao abrigo da noite, entrando assim nas brumas dos tempos.

Apesar desta perseguição que durou séculos, o culto das antigas Divindades Pagãs e os seus ciclos de renovação, não morreram; transformam-se e adaptam-se aos novos tempos, e com outras roupagens vai sobrevivendo. Praticado no resguardo dos bosques, ruínas ou grutas, longe dos olhares de tudo e de todos, e de certa forma “escondido” na religiosidade popular cristã. Reunidos em pequenos núcleos de adoradores dispersos entre si e centrados nas suas tradições e costumes regionais, assim vai sobrevivendo a crença politeísta na Sacralidade da Natureza, aos tempos marcados pelas perseguições e fogueiras ateadas pela Inquisição em nome de um só Deus.

Homens e Mulheres e inclusive Crianças, foram queimados, somente porque continuavam a ter como referencia a Natureza e o Divino que nela se manifesta; as suas hierofânias e nos ciclos sazonais vivenciados nos seus cultos; e não os ciclos da vida e morte de um Homem, que por mais importante que tenha sido, será sempre uma parábola temporal, gerada e manifesta na intemporalidade da Divina Natureza.



COSTUMES E TRADIÇÕES

Os vestígios existentes nos costumes e tradições populares devem ser entendidos, como “sinais vitais” de uma religiosidade que resistiu a todas as estratégias de perseguição e terror montadas e orquestradas pela Igreja Católica, e que tinham como objetivo final o extermínio por completo do Politéismo, e uma das praticas recorrentemente utilizada foi a transformação das festividades e oragos pagãos, em festas religiosas cristãs, por ordem do próprio Papa, como pode ser atestado por estes trechos da autoria do Professor Moisés Espírito Santo:

“É importante saber que as festas das Candelárias, a 2 de Fevereiro, foi a primeira festa da Igreja de Roma em honra de Maria, instituída no séc. VII por iniciativa do papa Sérgio I que estabeleceu o ritual católico das candeias (adoptado do paganismo); mas ela já existia entre os cristãos do Oriente no séc. III. E tem um interesse suplementar para a história dos cultos populares: os textos que a instituíram disseram expressamente que, na impossibilidade de a Igreja abolir os cultos pagãos, a solução era cristianizá-los, isto é, «participar no ritual pagão, mudando-lhe a intenção»” (14) p.165

“Foi assim que os variadíssimos paganismos se converteram ao cristianismo imposto pela força, entre 313 e 380 ... para efeitos de substituição do poder religioso. (Pode o poder político mudar por decreto mas não as sociedades e as culturas), As conversões forçadas são sobretudo de forma incidindo sobre palavras e representações exteriores (edifícios, imagens....). Vamos encontrar o sincretismo em toda a extensão deste trabalho.— As religiões vencidas podem ser descobertas e reconstituídas a partir da religião popular e dos ritos locais.” (15) p.38

Esta usurpação e apropriação das tradições mais populares, ritos e símbolos politeístas, deu origem a um sincretismo religioso, no qual ainda hoje são discerníveis os elementos pagãos sob as roupagens cristãs.

Costumes e tradições esses, que têm vindo a ser estudados e registados por académicos; como o ciclo Festivo da Primavera que acontece (ainda) por todo o Portugal de Março até Maio; neste período encontramos manifestações de cariz campestre, a par de outras mais condizentes com as normas da igreja católica e correspondem, indubitavelmente, a uma cristianização mais ou menos profunda de um período de tempo, todo ele marcado por festividades pagãs ligadas à ressurreição e celebração propiciatória da Natureza.

No nosso país, mais precisamente nas Beiras e Algarve, uma das manifestações que conseguiu resistir a séculos de cristianização foi a comemoração do “Maio” ou das Maias, e que a igreja cristã vinculou à Virgem Maria, o que outrora teria sido uma festa relacionada com as festividades ligadas a divindades agrárias e vegetativas, que decorriam em Maio nas antigas sociedades pré-cristãs europeias.

Como exemplo, cito Aurélio Lopes nos relata no seu livro *Religião popular do Ribatejo*:

“... fazendo parte do ciclo Festivo da Primavera que inclui ainda por todo o Portugal manifestações de cariz popular e campestre como “As Maias ou institucionais como a «Procissão dos Passos», a Quinta-Feira da Ascensão ou «Quinta Feira da Espiga» corresponde indubitavelmente à cristianização de um conjunto de festividades pagãs ligadas a celebração e sagração da natureza.” (16) p.198

Encontramos muitas reminiscências de cristianização forçada nestas antigas festas pagãs e nos sincretismos resultantes, dos quais os cultos dos Antigos Deuses foram usurpados e renomeados com nomes de Santos e Santas, e deste modo estes tornaram-se patronos da epifania do local e da romaria ou peregrinação anual. Assim perpetuado entre as gentes, o espírito das antigas crenças foi resistindo, ainda que revestido de lendas com nomes cristãos, contudo continuava a ser repetida, sempre de geração em geração, mantendo o mesmo espírito propiciatório.

Citando o Professor Dr. Moisés Espírito Santo, em *Cinco Mil Anos de Cultura a Oeste* :

“A senhora ibérica da Conceição/ Conception- a autêntica Senhora da Conceição popular – é a herdeira direta do mais antigo culto da Magna Mater criadora, aliás, a Lua-Mãe em sintonia com a Terra-Mãe.” (17)

“Festejado a 24 de Junho (Solstício de Verão), o S. João popular só tem relação com o santo católico porque foi colocado nesta data no séc. V para cobrir o Paganismo.” (18)

Mesmo com a cristianização forçada, o Espírito da Antiga Religião e a sua Sacralidade da Natureza, sobreviveram no sentimento e na alma de muitas pessoas. Tal facto é-nos confirmado nos processos, e registos, de um sistema persecutório, materializado no Tribunal do Santo Ofício, vulgo Inquisição, implantado pelo Cristianismo.

Uma das fontes de inspiração desta nova instituição cristã é o *Canon Episcopi*, prefigurando-se a sua doutrina no «*Malleus Maleficarum*» escrito pelos monges Heinrich Kramer e Jacobus Sprenger, no séc. XV., como pode ser atestado nestes trechos extraídos do ensaio “O futuro de Deus” do Professor Dr. Manuel Curado da Universidade do Minho, palestrante no coloquio “*Porquê Deus Se Temos Ciência?*”, realizado em Braga pela Universidade Católica Portuguesa, a 30 de Novembro de 2007:

“O abade do mosteiro de Prüm, na Alemanha, de nome Regino, publicou-o no ano de 899 d.C. no seu De Ecclesiastica Disciplinis. É conhecido universalmente como Canon Episcopi. É, indubitavelmente, uma das páginas mais fantásticas que já foram escritas em qualquer época. Ao que se julga saber, a origem das suas ideias sobre o combate do Cristianismo contra os pagãos deriva do mal conhecido Concílio de Ancira, de 314 d.C.

Depois deste concílio, estas ideias voltam a emergir nos capitulários de Carlos, o Calvo, em 872 d.C. Esta página incendiária sobre a relação do Cristianismo com os povos pagãos de toda a Europa nunca mais voltou a desaparecer. Burcardo de Worms, em 1066, volta a ela no seu Decretum (XIX), assim como João de Salisbúria (1115-1180), no seu Polycraticus (II, 17), e Graciano, na sua célebre colectânea de direito canónico.

Para os mais desprevenidos, informo que é esta paginazinha que está na origem da obra monumental que inicia o ataque sistemático da Igreja aos fenómenos populares da feitiçaria e da bruxaria, o Malleus Maleficarum, dos padres dominicanos Krämer e de Sprenger. Esta é uma forma de dizer que dezenas de milhares de pessoas foram torturadas e queimadas devido a um texto que ninguém percebe mas que todos sentiram e sentem que é espantoso... O Canon Episcopi significa que na nossa Europa o paganismo não tinha desaparecido em todas as datas que mencionei, em 314, em 872, em 899, em 1066, no século XII e no século XIV.

Se acrescentarmos a informação que consta em todos os tribunais da Inquisição da Europa, podemos dizer que a gigantesca operação civil e militar contra o paganismo ainda estava bem viva no final do século XVIII. Apenas com o início da contemporaneidade, no século XIX, apenas na sua segunda metade, e no século XX, é que a Igreja parece descansar na sua cruzada monumental contra o paganismo. Descansar, sim; mas não se deter.” (19)

Como podemos constatar, só a partir de meados do século XX, a perseguição declaradamente aberta pelo cristianismo contra o politeísmo, ficou mais discreta, não pela mudança do princípio que sempre motivou por parte dos cristãos a censura, e as perseguições contra quem pensasse de forma diferente, mas sim, pelas circunstâncias ditadas pelas novas realidades, sociais e políticas geradas, após a II Grande Guerra Mundial.

Este conflito no linear da história, surge-nos como uma fronteira simbólica, um antes e um depois, um ponto de viragem causador de muitas mudanças no mundo, marcando o fim da velha ordem mundial e o ressurgimento de uma nova era, emergente.

A nova sociedade dos anos cinquenta do século passado, e subsequentes, apresenta-se plena de transformações de carácter social e político; resultante da transformação das mentalidades, e vai-se afirmando num continente renascido das cinzas, onde as liberdades individuais, a democracia e a laicização dos Estados vão conquistando terreno numa



Europa do pós guerra; mas estes avanços sociais e políticos não foram uniformes, já que em alguns dos países europeus estas transformações sociais só tiveram início no último quartel do século XX.

São assim as novas realidades sociais e políticas, surgidas em pleno século XX as quais conduzem *per si*, a uma abertura religiosa por parte dos estados democráticos e não da igreja, dando assim origem a uma aceitação gradual, por parte do primeiro, a outras formas de olhar e exprimir o Divino, para além do Monoteísmo Cristão.

Nos anos 50 do séc. XX, o Velho Paganismo emerge à luz do dia, impulsionado pelo culto Wicca de Gerald Gardner e Doreen Valiente, e vai saindo das brumas; ressurgindo das memórias para onde fora remetido por manifesta intolerância religiosa.

A antiga Crença na Sacralidade da Natureza e nos Deuses e Deusas, tem vindo desde então a assumir-se como Religião, dando a conhecer à sociedade, os seus Princípios e Crenças que a motivam, assim como as suas origens e fontes.



OS PRINCÍPIOS INTemporAIS DO PAGANISMO

É verdade que não possuímos nenhum livro da Revelação, ditado por algum/a Deus/Deusa, e por isso não possuímos o dogma, contudo, ao afirmar-se de que não possuímos dogmas, não quer dizer que não tenhamos “Leis Divinas”, preceitos e éticas.

Estas existem, e a fonte da sua revelação ou emanção, não se encontram a nível humano, mas sim no mundo natural, no qual a humanidade se insere. Ao acreditarmos na sacralidade da Natureza, cremos que o Divino Nela se manifesta, imprimindo-lhe as leis que regem a enorme Diversidade existente na Natureza, de forma que estas se ajustem e equilibrem, permitido assim a continuidade da Criação. Para além das Leis Divinas manifestas na Natureza, possuímos preceitos e éticas, transmitidos ao longo dos tempos através das nossas Mitologias e Cosmogonias.

Sobre o real significado dos nossos mitos, ou seja a sua validade antropológica, Júlio Caro Baroja e Mircea Eliade, dizem o seguinte:

“Em todo o sistema religioso existe uma estreita união entre o que diz respeito ao mito, o que se refere à razão, o que se refere à moral ou o que respeita a regras sociais que regulam a afetividade humana” (20)

“Qualquer que seja a sua natureza, o mito é sempre um precedente e um exemplo, não só em relação às ações - «sagradas» ou «profanas» - do homem, mas também em relação à sua própria condição. Ou melhor: um precedente para os modos do real no geral.” (21)

Essas Mitografias, além de nos narrarem sobre as gestas dos seres Divinos e dos Heróis, também “falam” sobre a Criação, Cosmogonias. As quais nos são apresentadas em diferentes “roupagens”, e ao serem lidas atentamente, verificamos que são iguais nos conceitos que transmitem sobre a Criação, já que estas diferenças refletem simplesmente as diversidades de etnogeografias existentes na Natureza.

Por detrás das diferenças das suas histórias, encontramos uma unidade conceptual da causa primeira, que se exprime numa passagem do Caos ao Cosmos, simbolicamente como uma Criação que emerge de um Potencial Indefinido, de um não ser, pleno do ser, emerso nas Águas primordiais, o Caos ou Abismo Estático, o qual se manifesta num dualismo complementar, e que vai-se realizando em etapas criadoras, nas quais são gerados os Deuses/as, a Terra e a Humanidade,

Cosmogonias essas, onde **homem e mulher são criados em igualdade** de circunstâncias, e por isso iguais perante o Divino, como poderemos facilmente constatar ao consultar uma mitologia politeísta seja ela egípcia, Suméria, Grega ou Nórdica.

Por isso concebemos a Criação, não de uma forma estática e determinista mas sim dinâmica, como um fruto resultante da interação de Duas “Forças” Criadoras, contrárias e complementares, que emergem das águas primordiais, ou de um Caos pleno de potencialidades, e cuja interação entre si, num dualismo profícuo dá a origem a sucessivas fases da Criação, nas quais o Divino vai-se manifestando através de Potencias Criadoras, Potestades, Deuses/Deusas, e Divindades menores, numa recriação periódica até ao final das Eras ... Esta é a razão pela qual acreditamos que **a Criação é Dinâmica e Cíclica; Una em si mesma, mas diversa na manifestação.**

Perante esta noção (essencial) da Génese, encontrada nas cosmogonias politeístas e em analogia com a diversidade encontrada na Natureza a qual para nós é Sacral, afirmamos que o Politeísmo é uma Religião “Una na Diversidade” ou seja, Una nos seus Princípios mas tal como a Natureza, diversa nos seus Mitos, Práticas e Ritos, os quais refletem em si mesmo as diferenças Nela manifestadas pelo Divino.

Esta unidade na diversidade, faz com que a disparidade de nomes e de roupagens, possam coexistir pacificamente sob a égide dos mesmos princípios primordiais (crenças), assentes na Sacralidade da Natureza e na multiplicidade do Divino, traduzindo-se assim essa pluralidade de nomes e cultos, simplesmente nos vários caminhos e formas de nos religarmos com o Divino no espaço e no tempo.



Esta noção de uma Natureza Sacral e Divina, Una e diversa de si mesma, é-nos confirmada por estudiosos como Mircea Eliade que nos apresenta inúmeros exemplos ao longo da sua obra, *Tratado de História das Religiões*, da qual destaco estas citações:

“A primeira valorização religiosa da Terra foi «indistinta», que dizer que ela não localizava o sagrado na camada telúrica propriamente dita, mas que confundia numa única unidade todas as hierofanias que se tinham realizado no meio cósmico envolvente – terra, pedras, árvores, águas, sombras, etc. A intuição primária da Terra como «forma» religiosa pode ser reduzida á fórmula: «cosmos-recetáculos das forças sagradas difusas».”(22)

“Gaia ou Gê gozou de um culto muito espalhado na Grécia, mas com o tempo foi substituída por outras divindades da Terra.”(23)

“... O certo é que o indiano Dyaus, o itálico Júpiter, o heleno Zeus, assim como o deus germânico Tyr-Ziu, são formas históricas, evoluídas, dessa divindade celeste primordial”.(24)

“ O par divino Céu-Terra que Hesíodo tinha evocado, é um dos motivos de fundo da mitologia universal” (25).

Este par primordial, que em si simboliza a união dos contrários, encontra-se presente em todas as mitologias pagãs, das quais podemos extrair alguns nomes desse par primordial: Fryg e Othin, ou Nut e Geb, ou Uranus e Gaia, são alguns desses exemplos.

“O par Divino Céu-Terra” exprime de forma Simbólica a crença primordial na complementaridade dos contrários, dualismo profícuo, corporizado a nível humano pelo Grande Deus do Céu e a Grande Deusa da Terra, (neopaganismo Deus e Deusa) e que a par com a Sacralidade da Natureza, constituem os dois pilares basilares sobre os quais se vêm construindo as crenças pagãs ao longo dos milénios.

Apesar das inúmeras diferenças culturais e das alterações das práticas e “doutrinas” pagãs manifestas ao longo dos tempos, todas as crenças e cultos politeístas convergem e unem-se superiormente nestes princípios: **Sacralidade da Natureza**, sendo os seus ciclos a principal referencia para o calendário religioso, e o **“Casal Divino”**, patente nas nossas Mitologias, e expresso no entendimento de que os contrários fazem parte do mesmo Divino.

Por isso podemos afirmar de que estes **são os dois princípios perenes que iluminam o Paganismo desde os seus primórdios até aos dias de hoje**, constituindo um elemento de “regularidade”, ou seja, a constante identitária de uma religião que permanece inalterável ao longo dos tempo, permitindo assim, a esta, afirmar a perenidade da sua identidade, enquanto que as suas doutrinas, ritos e costumes vão se alterando e adaptando-se aos novos tempos, diferenciando-se e afastando-se assim, apenas nas práticas e não nos princípios em relação aos seus primórdios.

Esta “regularidade” identitária de uma religião é aflorada por Karl-Heinz Ohlig, no seu livro *Religião, Tudo o que é preciso saber*, o qual passo a citar:

“Não é possível descobrir o que a «religião» é ou poder ser partindo do fim, isto é, das religiões mundiais. A identidade da religião, tal como as regularidades existentes na continuidade e na mudança, descobrem-se precisamente a partir das formas primitivas da religião e dos processos de transformação pelos quais estas passaram ao longo da história da cultura.”(26)

Depreendemos deste pequeno trecho que o que confere identidade a uma religião não é somente as doutrinas, praticas ou costumes, já que estas na opinião do académico vão-se diferenciando, tornando-se por vezes irreconhecíveis entre si com o tempo, mas sim, o que permanece subjacente e inalterável em qualquer religião ao longo dos tempos, a que ele chama de **regularidades**, as quais se traduzem nos princípios primordiais que “iluminam” e são perenes ao longo de toda a existência dessa mesma religião.

Assim a Sacralidade da Natureza e o Casal Divino surgem-nos como regularidades constantes do Politeísmo, enquanto o Monoteísmo apresenta como regularidades a Crença num único Deus onnipotente e a sacralidade do seu povo e do seu profeta, manifesta no seu calendário religioso.

Para Karl-Heinz Ohlig, estas regularidades assumem uma importância crucial, pois nelas está subjacente a razão e o fundamento de toda e qualquer religião, elas são os princípios originais nos quais reside a causa primeira, ou a razão e motivação da sua existência e da sua acção, funcionando assim, como um marcador genético revelador da sua identidade; apesar das transformações doutrinárias ou culturais ao longo dos séculos, sendo estas mudanças, por vezes, resultantes de sincretismos, alheios ao seu ADN religioso.

Sem estas “regularidades”, nas quais radica a motivação e a razão da sua existência, a identidade de uma religião diluir-se-ia ou desapareceria nas transformações, pois não teria nenhum elemento igualitário que permanecesse perene e que por comparação : permitisse afirmar, em última instância, que a identidade religiosa permanecia a mesma, apesar de todas as mudanças ocorridas na sua imagem (doutrinas e praticas) ao longo dos milénios.

Sendo também este elemento o que consubstancia a diferença entre uma religião milenar, ou uma coleção de crenças espirituais resultante de sincretismos “individuais”, cujo objetivo ou finalidade última, é a satisfação pessoal, ou nunca indo para além do grupo, como nos explica este eminente teólogo alemão no seu livro sobre Religião:

“ Existe atualmente, na situação pós-moderna em que vivemos, um interesse religioso acentuado, bastante orientado para necessidades individuais, que nem sempre podem ser satisfeitas pelas religiões mundiais tradicionais, como é óbvio. (...) O resultado é uma religião privada que os indivíduos constroem para si próprios a partir de elementos provenientes das mais variadas origens.” (27)

Tendo em conta os estudos antropológicos, e a história dos acontecimentos expostos, sustentados com parcimónia por trechos de estudiosos, com trabalho reconhecido pelos seus pares, pretende-se de que este manifesto não se resuma apenas a um extensivo rol de acusações e afirmações diletantes ou infundadas sobre a realidade Politeísta, e das injúrias e perseguições injustamente sofridas pelos Pagãos às mãos da Cristandade ao longo dos séculos, simplesmente, porque possuem uma forma de vêr e pensar o Divino diferente da sua “verdade”.

Assente nas conclusões sobre o que é, e o que não é religião, ou seja o que difere uma religião de uma prática espiritual ou espiritualidade, pode-se afirmar que o **Politeísmo é uma religião com identidade própria**, que a torna realmente diferente de qualquer fé de teor Monoteísta, quer na visão que possui sobre a Sacralidade, quer na motivação que a assiste como crença religiosa.

Não vemos aqueles que acreditam e colocam o Divino num único Deus, e a Sacralidade no seu povo ou no seu profeta, como adversos, mas sim pessoas que habitam o mesmo Planeta e que vivem, trabalham e lutam pela vida, independentemente da fé que professam, e por isso todos devem respeitar-se.

Assim sendo e ao abrigo da equidade, um princípio básico e essencial em qualquer democracia, á qual o Paganismo agradece a liberdade de reunião e de culto, e sem as quais o seu ressurgimento em meados do séc. XX, não teria sido possível, acreditamos de que com a nossa diferença podemos ser uteis a sociedade e ajudarmos na construção de um mundo melhor.

Mas para que isso aconteça, o Politeísmo deve ser tido em termos constitucionais e institucionais, como um parceiro social e religioso, e com os mesmos direitos e deveres que a Igreja Católica, ou as demais confissões religiosas monoteístas, ás quais o Estado advoga direitos institucionais que vão muito para além da simples liberdade de opinião religiosa.

2018

HP. Thorg da Lusitânia

Fundador Congregação Politeísta, PFI-Associação



BIBLIOGRAFIA

- (1) ELIADE, M., *El Mito del Eterno Retorno*, Emecé Editores, p.39, 2001
- (2) ELIADE, M., *Tratado de Historia das Religiões*, 3ª edição, Editora ASA 1997, p.518
- (3) LOPES, A., "*Religião Popular no Ribatejo*", Assembleia Distrital de Santarém, p.197, 1995
- (4) ELIADE, M., *El Mito del Eterno Retorno*, Emecé Editores, p.34/35, 2001
- (5) *Inscriptions from Roman Britain Association of Classical Teachers Original Records*, nº4, Londres, ed. M.C. Greenstock, LACT Publications, , p.129, 1972, 1987
- (6) BAUMGARTNER, M., - *L'Église en Occident : Dès Origines aux Reformes du XVIe siècle* - Presses Universitaires de France. Editado em português, *A Igreja no Ocidente*, Edições 70, p.87
- (7) FO, J., TOMAT, S., MALUCELLI. L., "*O Livro Negro do Cristianismo – Dois Mil Anos de Crimes em Nome de Deus.*", Editorial Magnóliapp.38, Março de 2009
- (8) BENAZZI, N., D'AMICO, M., *O Livro Negro da Inquisição – A Reconstituição dos Grandes Processos*", Âncora Editora, p. 258, 2001
- (9) MESSADIÉ, G., *História Geral do Diabo*, Publicações Europa-América, p.333, 2001
- (10) MESSADIÉ, G., *História Geral do Diabo*, Publicações Europa-América, p.349, 2001
- (11) BENAZZI, N., D'AMICO, M., *O Livro Negro da Inquisição – A Reconstituição dos Grandes Processos*", Âncora Editora, p. 196, 2001
- (12) BENAZZI, N., D'AMICO, M., *O Livro Negro da Inquisição – A Reconstituição dos Grandes Processos*", Âncora Editora, p. 202, 2001
- (13) BAROJA, J. C., (Antropólogo e Historiador), *As Bruxas e o Seu Mundo*, Editorial Veja v8110158 (p.69)
- (14) ESPÍRITO SANTO, M., "*Cinco Mil Anos de Cultura a Oeste*", Assírio & Alvim, p.165
- (15) ESPÍRITO SANTO, M., "*Cinco Mil Anos de Cultura a Oeste*", Assírio & Alvim, p.38
- (16) Aurélio LOPES, A., "*Religião Popular no Ribatejo*", Assembleia Distrital de Santarém, p.198, 1995
- (17) ESPÍRITO SANTO, M., "*Cinco Mil Anos de Cultura a Oeste*", Assírio & Alvim, p.12
- (18)) ESPÍRITO SANTO, M., "*Cinco Mil Anos de Cultura a Oeste*", Assírio & Alvim, p.285
- (19) CURADO, M., *O futuro de Deus*, Colóquio "*Porquê Deus Se Temos Ciência?*", (Professor da Universidade do Minho, Auditor de Defesa Nacional e doutorado *cum laude* pela Universidade de Salamanca), Braga, Universidade Católica Portuguesa, 30 de Novembro de 2007
- (20) BAROJA, J. C., (Antropólogo e Historiador), *As Bruxas e o Seu Mundo*, Editorial Veja v8110158 ,p.25
- (21) ELIADE, M., *Tratado de Historia das Religiões*, 3ª edição, Editora ASA, p.515, 1997
- (22) ELIADE, M., *Tratado de Historia das Religiões*, 3ª edição, Editora ASA, p.309, 1997
- (23) ELIADE, M., *Tratado de Historia das Religiões*, 3ª edição, Editora ASA, Cap. II, p.305, 1997
- (24) ELIADE, M., *Tratado de Historia das Religiões*, 3ª edição, Editora ASA, Cap. VII, p.102

- (25) ELIADE, M., *Tratado de Historia das Religiões*, 3ª edição, Editora ASA, p.306, 1997
- (26) OHLIG, K.-H., *Religião, tudo o que Precisa Saber*. Casa das Letras, p.8, 2007
- (27) OHLIG, K.-H., *Religião, tudo o que Precisa Saber*. Casa das Letras, p.10/11, 2007

DICIONÁRIO DE TERMOS

NEOPLATONISMO— “A fusão da filosofia de Platão com doutrinas clássicas religiosas, pitagóricas e outras originadas por Plotino com as Enéades... e posteriormente Porfírio adicionou-lhe elementos Aristotélicos.

A escola de Atenas desenvolveu o neoplatonismo numa direcção teológica, mas anticristã, destacando-se sobretudo a obra de Prócuro, no século V. / Em Alexandria, contudo apareceu uma mistura de elementos neoplatónicos e cristãos, cuja forma mais desenvolvida se encontra em Boécio.”

(*Simon Blackburn - Dicionário de Filosofia, Gradiva*)

POLITEISMO - PO.LI.TE.Í.S.MO, PÓLITe'ÍSMU NOME MASCULINO

DOUTRINA OU RELIGIÃO QUE ADMITE UMA PLURALIDADE DE DEUSES
DO GREGO POLÝS, «MUITO» + THÉOS, «DEUS» +-ISMO

[HTTPS://WWW.INFOPEDIA.PT/DICIONARIOS/LINGUA-PORTUGUESA](https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa)

PAGUS, PAGI—NOM MASCULIN (LATIN PAGUS) CIRCONSCRIPTION TERRITORIALE RURALE DANS L'ANTIQUITÉ ROMAINE ET AU HAUT MOYEN ÂGE.

([HTTP://WWW.LAROUSSE.FR/ENCYCLOPEDIE/](http://www.larousse.fr/encyclopédie/))

PAGANISMO PA.GA.NIS.MO pege'nizmu nome masculino

1. RELIGIÃO designação dada pelos primeiros cristãos às religiões politeístas, ligadas aos cultos da natureza
2. RELIGIÃO conjunto das crenças e costumes dessas religiões
3. RELIGIÃO conjunto das pessoas consideradas pagãs
4. RELIGIÃO condição de quem não foi batizado

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/paganismo>



PAGANISMO,

Em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/paganismo> - Ver em Artigos de apoio

Etimologicamente, refere-se ao modelo cultural e religioso do povo rural (do latim *Paganus*) o que mora no *pagus*, no campo).

Era empregue para caracterizar os seguidores das religiões politeístas, ligadas à Natureza. O Paganismo, entre os antigos, era o culto e respeito pelas forças da Natureza viva e sagrada. Daí o culto da mitologia greco-latina.

Com a cristianização, após o édito de Milão, no ano 313, começou-se a chamar pagão a quem conservava o politeísmo. Já os hebreus distinguem o povo eleito por Deus, e os gentios, a que posteriormente chamaram pagãos.

Muitas vezes, o termo pagão é empregue como sinónimo de não cristão, de não batizado e de ateísmo. Estas aceções são erradas pois as religiões monoteístas como o Islamismo e o Judaísmo nada têm de pagãs; os não batizados apenas não foram iniciados no catolicismo; e o ateu é o que não crê em Deus, nem nos deuses.

Hoje o neopaganismo representa a afinidade e admiração pelos princípios dessa herança ligada à compreensão da Natureza como verdadeira força criadora de tudo.

Fernando Pessoa, através dos heterónimos, revela admiração pelo paganismo. Por exemplo, diz Pessoa que "A obra de Caeiro representa uma reconstrução integral do paganismo, na sua essência absoluta, tal como nem os gregos nem os romanos que viveram nele e por isso o não pensaram, o puderam fazer".

